

## A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

Cleber Augusto Trindade Castro<sup>1</sup>

Maria Goretti da Costa Tavares<sup>2</sup>

### Resumo

O termo “patrimonialização” tem sido utilizado, nas análises geográficas, em referência às relações socioespaciais dos processos de eleição e classificação de elementos culturais dos lugares como patrimônio cultural. Diante disso, este artigo objetiva apresentar e analisar aspectos teóricos e conceituais que subsidiam as abordagens sócio espaciais do processo de patrimonialização, o enquanto tendência atual de produção social do espaço urbano. Para isso, foi realizada uma revisão e análise da literatura científica relacionada à teoria da produção social do espaço e os conceitos de patrimonialização da cultura, para estabelecer vínculos teóricos, conceituais e metodológicos entre esses aspectos. A contribuição atual da patrimonialização para o processo de produção social do espaço urbano dá-se principalmente pela atuação do Estado, como legitimador desse processo, de agentes da oferta mercadológica, dos circuitos superior e inferior da economia, que usam os espaços patrimonializados para reprodução do capital ou para a sobrevivência humana através do trabalho, e por movimentos sociais, sobretudo ligados às políticas e às produções culturais.

**Palavras-chave:** Produção do espaço, Espaço urbano, Patrimônio cultural.

### PATRIMONIALIZATION AS SOCIAL PRODUCTION OF URBAN SPACE PROCESS

### Abstract

The term "patrimonialization" has been used in the geographic analysis in reference to the socio-spatial relations of the processes of election and classification of cultural elements of places as cultural heritage. Therefore, this article aims to present and analyze theoretical and conceptual aspects that support the socio-spatial approaches of the process of patrimonialization as a current trend of social production of urban space. For that, a review and analysis of the scientific literature related to the theory of the social production of space and the concepts of patrimonialization of culture, was carried out to establish theoretical, conceptual and methodological links between these aspects. The current contribution of patrimonialization to the process of social production of urban space is mainly due to the State acting as agent that makes it legitimate of this process, agents of market supply, the upper and lower circuits of the economy, which use spaces of the cultural heritage for

---

<sup>1</sup> Turismólogo (UFPA). Mestre em Geografia (UFPA). Doutorando em Turismo (UFRN). Professor do Departamento de Turismo (UFRN). Email: cleber.at.castro@gmail.com.

<sup>2</sup> Geógrafa (UFPA). Mestre e Doutora em Geografia (UFRJ). Realizou Pós-Doutorado na Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne. Professora da Faculdade de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPA). Email: mariagg29@gmail.com.

reproduction of capital or for human survival through labor, and by social movements, especially linked to cultural policies and productions.

**Keywords:** Production of space, Urban space, Cultural heritage.

## **LA PATRIMONIALISATION COMME PROCESSUS DE PRODUCTION SOCIALE DE L'ESPACE URBAIN**

### **Résumé**

Le terme «patrimonialisation» a été utilisé dans l'analyse géographique, en référence aux relations socio-espaciales du processus électoral et la classification des éléments culturels de lieux comme patrimoine culturel. Ainsi, le présent document a pour but de présenter et d'analyser les aspects théoriques et conceptuels qui soutiennent des approches socio-espaciales sur le processus patrimonialisation, alors que la tendance actuelle de la production sociale de l'espace urbain. Pour cela, un examen et une analyse de la littérature scientifique liée à la théorie de la production sociale de l'espace et les concepts de patrimoine de la culture a été effectuée pour établir des liens théoriques, conceptuels et méthodologiques entre ces aspects. La contribution actuelle de patrimonialisation au processus social de la production de l'espace urbain se produit principalement par l'action de l'Etat, comme légitimant ce processus, les agents de l'offre de marketing, le circuit supérieur et inférieur de l'économie, en utilisant les espaces patrimonialized pour la lecture capital ou à la survie humaine par le travail, et les mouvements sociaux, en particulier liés aux productions politiques et culturelles.

**Mots-clés:** Production de l'espace. L'espace urbain. Le patrimoine culturel.

### **INTRODUÇÃO**

A despeito do que está estabelecido em conceitos e práticas comuns, o patrimônio cultural não possui uma existência *a priori*, como elemento dado, pronto a ser apropriado, usado e compreendido como tal. Pelo contrário, torna-se evidente que é através de um jogo de decisões, interesses, simbolismos e ações políticas que os espaços urbanos, especialmente suas áreas centrais antigas, vêm sendo revalorizados, reconstruídos e ressignificados, através de estratégias que visam a preservação e o uso de aspectos materiais e imateriais desses espaços.

O termo “patrimonialização” tem sido utilizado, nas análises geográficas, em referência às relações socioespaciais dos processos de eleição e classificação de elementos culturais dos lugares como patrimônio cultural. Essa noção e seus correspondentes práticos, portanto, possuem agentes sociais responsáveis por estratégias que definem o modo como esse processo ocorre.

Isto posto, vale ressaltar que a patrimonialização, enquanto processo socioespacial, tem contribuído significativamente para a produção social do espaço urbano, com conflitos entre interesses exógenos a essas áreas, e às dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender aspirações ou solucionar problemas societárias e cidadinas.

Diante disso, este artigo objetiva apresentar e analisar aspectos teóricos e conceituais da abordagem do processo de patrimonialização enquanto tendência atual de produção social do espaço urbano. Tal abordagem procura evidenciar o modo de atuação dos diversos agentes sociais, com seus objetivos e interesses, e com suas estratégias de apropriação e controle do espaço.

Para isso, foi realizada uma revisão e análise da literatura científica relacionada à teoria da produção social do espaço e os conceitos de patrimonialização da cultura, para estabelecer vínculos teóricos, conceituais e metodológicos entre esses aspectos.

Desse modo, o trabalho expõe uma revisão bibliográfica que ressalta e define os principais conceitos ligados à teoria da produção social do espaço e os relaciona com o processo de patrimonialização da cultura no espaço urbano atual, destacando os principais grupos de agentes sociais que participam ativamente desse processo, bem como suas estratégias de apropriação e uso do espaço do patrimônio cultural.

## **A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO**

Ao apresentar a concepção de que o espaço é construído pelas relações sociais e, dialeticamente, tais relações são influenciadas pelo espaço, Lefebvre (1992) amplia a própria compreensão da sociedade, definindo que suas dinâmicas estão integradas ao espaço material, possibilitando o entendimento de que a materialidade e a imaterialidade da vida humana são indissociáveis. Desse modo, as dimensões sociais (cultura, política, economia, lazer, etc.) são diretamente influenciadas pela configuração espacial dada ou edificada por uma sociedade, ao mesmo tempo em que esses aspectos influenciam tal configuração.

A dicotomia entre as categorias espaço (material) e sociedade está presente em diversas fases da produção científica, considerando o espaço apenas o substrato material, onde as relações acontecem, enquanto o conceito de sociedade abrangeria o grupo de indivíduos em suas relações políticas, culturais e econômicas, induzindo a ideia de uma organização e de relações abstratas e simbólicas coletivas. Tais concepções, todavia, influenciam até hoje o

modo como o espaço é compreendido e tratado em políticas estatais, por exemplo, com o planejamento de ações pensadas para determinadas áreas, desconsiderando as vidas humanas, portanto as relações socioculturais e sociopolíticas presentes e constituintes desses espaços, com meras delimitações cartográficas, considerando apenas localização, edificações, ruas, praças, ou elementos naturais.

Smith (1988) entende que a concepção de “produção do espaço” favorece a superação dessa dicotomia teórica entre espaço e sociedade. Para este autor não existe uma interação entre a sociedade e o espaço, já que interação só é possível entre coisas separadas. O que ocorre é que “com a produção do espaço, a prática humana e o espaço [físico] são integrados no próprio conceito de espaço.” (SMITH, 1988, p. 123, grifo nosso). Essa abordagem amplia o trabalho dos estudos geográficos, superando a mera localização e descrição dos espaços físicos, passando a procurar compreender a construção desses espaços a partir da vida social que o desenvolve e inclui a essa compreensão a dimensão simbólica, cultural do espaço.

O avanço na tentativa de compreender a sociedade e sua complexidade, através do estudo do espaço, permite uma revisão desta categoria analítica, para o próprio avanço teórico e metodológico das ciências sociais, especialmente da geografia. Desse modo, o espaço deixa de ser abordado somente pela descrição e análise de sua materialidade, enquanto “palco” de relações políticas, econômicas e culturais, para ser compreendido como consequência e definidor dessas relações.

Referindo-se a essa abordagem teórica e metodológica da realidade social, Smith (1988, p.132) diz que “a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz”, invertendo, assim, a lógica de compreensão do espaço, dizendo, ainda, que “nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando, trabalhando”. Nessa perspectiva, portanto, o espaço do patrimônio cultural não corresponde meramente ao substrato de materialidade no qual estão embasadas a cultura e a história de um lugar, mas, na perspectiva da produção do espaço, o espaço patrimonial é produzido a partir das relações sociais entre os diversos agentes envolvidos nos processos que transformam os espaços da cultura em espaços do patrimônio cultural.

Santos (2008, p. 51) fornece subsídios teóricos, conceituais e metodológicos para os estudos espaciais, apresentando uma definição de espaço que está vinculada aos postulados lefebvrianos, explicando que “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não

considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição, portanto, apresenta a concepção de que o espaço socialmente produzido deve ser compreendido e analisado a partir da integração da materialidade do espaço físico (sistemas de objetos: elementos da natureza e edificações humanas) com as práticas humanas (sistemas de ações sociais: cultura, política, economia), que, conforme já expusemos, são mutuamente determinantes e determinados.

Assim, no processo histórico da produção do espaço, que corresponde à própria história de uma sociedade, não é possível analisar aspectos sociais desconsiderando os constructos materiais que abrigam e influenciam essa dimensão, ao mesmo tempo em que tais elementos são influenciados e (re)produzidos pelas ações humanas em sociedade. Lefebvre (1974) ressalta que as contradições presentes no espaço são tantas, que impedem que esse quadro único se encerre que se constitua enquanto um elemento estático.

Partindo desse pressuposto, Santos (2008, p. 63) explica essa dinâmica, dizendo que “[...] os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realizam sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”. Então, essa relação mútua de condicionamento e produção entre o espaço e as relações sociais, no entanto, não podem ser confundidas com a equivalência entre as noções das práticas sociais e da materialidade do espaço. Nesse sentido, Smith (1988, p. 120) ressalta que “por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos [...]”.

Portanto, uma análise geográfica do espaço socialmente produzido, mesmo tratando da cultura, do patrimônio cultural, das relações simbólicas e de pertencimento, tende a procurar na materialidade espacial a manifestação desses aspectos da vida social e cultural. Essa orientação metodológica diferencia o estudo geográfico de outras ciências sociais, que em muitas análises negligenciam o espaço.

Essa concepção pressupõe que não é o espaço físico que define valores e condições de vida da sociedade, em superação ao determinismo geográfico, nem somente o trabalho humano, em sociedade, molda a materialidade espacial. Esses processos ocorrem de maneira simultânea e integrada. Exemplo disso é o espaço urbano, pois as cidades tem sua história de adequação das práticas humanas considerando aspectos da materialidade dada, ao mesmo

tempo em que, por consequência das reações entre os diversos agentes presentes nesse espaço, os objetos espaciais transformam-se, em forma e significado.

Para Corrêa (1995, p.7), o espaço urbano, enquanto “organização espacial da cidade”, apresenta considerável importância para a compreensão das dinâmicas e relações socioespaciais atuais, pois é onde vive a maioria crescente da população e onde ocorre o maior volume de circulação do capital. Também é onde o paradigma do patrimônio cultural tem se implantado de maneira predominante.

Complementando essa perspectiva, Magnani (1996, p. 20) ressalta que:

[a] cidade, contudo, não é um aglomerado de pontos, pedaços ou manchas excludentes: as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre as várias alternativas - este *ou* aquele, este *e* aquele *e* depois aquele outro - de acordo com determinada lógica; mesmo quando se dirigem a seu *pedaço* habitual, no interior de determinada *mancha*, seguem caminhos que não são aleatórios.

Isso nos leva a perceber que a produção do espaço das cidades, por meio da vivência e das práticas dos seus agentes produtores, é um processo complexo, que não cabe em análises e divisões meramente cartesianas. O mesmo autor adverte ainda que os estudos que abordam as relações sociais nos espaços urbanos devem fugir da "tentação da aldeia", o que implica em não considerar tais espaços como unidades fechadas e autocentrada, já que “[...] às vezes, o espaço do trabalho é apropriado pelo lazer, o do passeio é usado como local de protesto em dia de manifestação” (MAGNANI, 1996, p. 17).

No processo histórico de produção social e transformações do espaço, Santos (1978) também chama atenção aos objetos espaciais edificados em um contexto e com funções específicas em tempos sociais pretéritos, que permanecem e resistem às transformações do tempo presente. A esses objetos, o autor chama de “rugosidades espaciais”, que, para ele, são testemunhas da memória espacial e seus processos de produção pretéritos, fixados na paisagem. Isso indica que o espaço é uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança em processos sociais, ao contrário, alguns desses processos adaptam-se às formas existentes, ao passo que outros podem criar novas formas.

São exemplos de rugosidades espaciais, presentes nos espaços urbanos, os templos religiosos, como as Catedrais católicas, construídas, normalmente durante processos iniciais da formação socioespacial das cidades, mas que matem atualmente suas formas e sua função sociocultural. Vale ressaltar, diante disso, que comumente tais rugosidades compõem o acervo

de elementos testemunhos desse processo histórico de formação que integram o patrimônio cultural.

Corrêa (1995) expõe que o processo de produção do espaço urbano ocorre a partir de uma complexidade de ações dos diversos agentes sociais, que podem ser agrupados, para propiciar uma análise do modo como atuam e contribuem nesse processo, evidenciando suas estratégias coletivas de uso e apropriação (ou expropriação) do espaço produzido. Convém ressaltar, no entanto, que as proposições de aglomerar analiticamente os agentes sociais da produção do espaço, não geram, de maneira alguma, grupos sociais homogêneos e harmônicos entre seus indivíduos, sendo esses grupos uma junção metodológica de agentes que, de modo geral, possuem objetivos e posição social mais ou menos semelhantes.

É proposta por Corrêa (1995) a divisão dos agentes produtores do espaço urbano em três grupos, a saber: 1) agentes detentores dos meios de produção e de propriedades privadas, 2) Estado e 3) grupos sociais excluídos. O primeiro grupo contém os agentes econômicos da oferta mercadológica, em alguns trabalhos tratados como “agentes do mercado”, ou simplesmente “mercado”. No entanto, vale considerar a observação realizada por Santos (1999, p. 21), ao dizer que:

[o] mercado não é categoria de análise. O mercado é uma grande palavra que, para ser transformada em categoria de análise, tem que ser muito esmiuçada. Cada ramo do mercado, para não usar outra palavra, tem um comportamento diferente, produz uma topologia própria.

Além disso, é importante considerar que o conceito de mercado, a partir das ciências econômicas, implica basicamente na interação entre dois grupos de agentes: os que disponibilizam produtos (bens ou serviços) para a comercialização, do lado da oferta, e os que desejam, necessitam, ou, de fato, adquirem esses produtos, do lado da demanda. Por isso, ressalta-se que na análise do processo de patrimonialização, assim como em outros processos de produção do espaço urbano, metodológica e conceitualmente, trata-se dos “agentes da oferta mercadológica”, como é proposto aqui.

É na busca de compreender e demonstrar os diferentes modos de atuação, por parte dos agentes ligados ao mercado, na produção social do espaço urbano, que Santos (2004) indica a existência de dois “circuitos” da economia urbana dos países subdesenvolvidos: um circuito superior e um circuito inferior.

O mesmo autor explica a diferenciação entre os dois circuitos:

No circuito superior trata-se de acumular capitais indispensáveis a continuidade das atividades e a sua renovação em função dos progressos técnicos. No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares a vida moderna. (SANTOS, 2004a, p. 46)

Assim, a noção de poder diante do processo de produção social do espaço urbano não deve ser estudada somente a partir da atuação do Estado, porque, na realidade, cada vez mais o poder maior sobre o território tem deixado de ser do Estado (numa concepção ampla de instância formada pelas forças que advém de toda a sociedade) e passa a estar aliado aos interesses e às lógicas dos agentes da oferta mercadológica, especificamente aos do circuito superior da economia urbana, ou, mais especificamente, de grandes corporações transacionais.

A atuação do Estado, portanto, é caracterizada por ser espacialmente desigual no provimento de serviços públicos. Tais ações do Estado na produção espacial não são neutras, como se pairasse acima das classes sociais e de seus conflitos. Para Smith (1988, p. 125) o Estado teria a função de “[...] arbitrar os conflitos resultantes em favor da classe dominante, enquanto se apresentava a si mesmo como algo que estava ‘acima’ da sociedade”.

Quanto aos grupos sociais excluídos, sobretudo considerando a atual tendência de patrimonialização das antigas áreas centrais das cidades, Corrêa (1995, p. 30) define que eles “[...] têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas”, além de outros lugares na cidade: casas autoconstruídas em loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela. Esse grupo corresponde, portanto, aos agentes excluídos da dinâmica socioeconômica das relações capitalistas, principalmente no que se refere ao acesso à propriedade privada (de casas próprias, por exemplo) e padrões de consumo da classe beneficiada pela dinâmica desse modo de produção.

O autor explica ainda que, o processo de descentralização urbana está relacionado ao crescimento demográfico e espacial da cidade, além da ampliação das distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais. Esse processo, ao criar novos núcleos centrais, provoca um processo de refuncionalização das antigas áreas centrais, que possuem elementos espaciais que representam a história da urbanização e das sociedades produziram a cidade em tempos pretéritos.

Atualmente, é possível observar que esses antigos centros urbanos das cidades brasileiras, em especial as áreas que foram centros urbanos nos séculos XVIII e XIX, que mudam de função por conta do processo de descentralização urbana, passam a compor os “centros históricos”, com medidas de proteção legal de seu uso e apropriações, no paradigma de preservação de aspectos culturais e dos objetos espaciais dessas áreas.

Lefebvre (2001, p. 104-5) explica que:

[c]omo texto social, esta cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Esse texto se afasta. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, “o urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade.

Desse modo, os centros históricos, ao mesmo tempo em que podem ser testemunhos da vida social pretérita do lugar, podem ser analisados como espaço presente que é resultado de um processo de produção espacial historicamente desenvolvida. Além disso, as atuais políticas culturais, que ressaltam a importância dessas áreas para a história e para a cultura da cidade, são consequências de um processo decisório e da atuação de agentes sociais, que ocorrem no tempo presente, como será abordado de maneira mais ampla, melhor desenvolvida na seção seguinte.

Para Lefebvre (1974) o processo de formação de novos centros e a deterioração desses centros históricos é inerente à dinâmica urbana, relacionado ao fato de que todos os espaços têm sido integrados ao mercado capitalistas, inclusive os centros históricos urbanos, já que:

[t]oda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações. Considerada em seu movimento histórico, em seu nível específico (abaixo e aquém das transformações globais, porém acima das relações imediatas localmente enraizadas, frequentemente ligadas à sacralização do solo, portanto duráveis e quase permanentes na aparência), a cidade passou por períodos críticos. Desestruturas e reestruturas se sucedem no tempo e no espaço, sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático-sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir. (LEFEBVRE, 2001, p.55)

Essa integração é perceptível com o planejamento e execução de várias ações que objetivam a apropriação e adequação dessas áreas, para inseri-las na dinâmica comercial da cidade, não mais com as mesmas atividades produtivas de seu estágio de núcleo central

urbano, mas como áreas de referência da história e da cultura da cidade. Essas ações são respaldadas por uma política cultural de preservação desses espaços, e que utilizam a atividade turística como um dos meios de dinamização econômica dessas áreas.

Trindade Jr. (2008, p. 150) explica que:

[o] esvaziamento por parte de algumas atividades, e mesmo a deterioração de determinadas formas espaciais, refletem espacialmente uma dada caracterização dos centros urbanos, em especial aqueles que se convencionou chamar de centros históricos. Mais que espaços vazios, entretanto, tratam-se de novos usos, novas funções e novos territórios que passam a ser demarcados, em grande parte, por relações cotidianas nem sempre consideradas esteticamente e funcionalmente desejáveis, seja por parte de determinados agentes produtores do espaço urbano, seja por parte de um imaginário coletivo, que tende a ganhar força quando se pensa a cidade como espaço estratégico de investimentos e de atrativos turísticos.

Esse discurso do espaço vazio ou do espaço esteticamente indesejado, produzido e reproduzido politicamente, está presente na justificativa de diversas ações de renovação urbana, que tem correspondido não só nas mudanças estéticas dos objetos espaciais, mas também em mudanças (muitas vezes impostas) nas práticas humanas, nos centros históricos.

Em diversas situações, espaços apontados como degradados são, na verdade, espaços que possuem funções sociais que não são consideradas esteticamente adequadas, na lógica de que esses espaços devem servir de cenários para atividades da indústria cultural e para o turismo superficial.

Desse modo, é possível perceber que discursos e práticas patrimonializantes de aspectos da história e da cultura correspondem a um processo contraditório, que contribui significativamente ao processo de produção das cidades. Por isso, é importante compreender aspectos conceituais que caracterizam o processo de patrimonialização.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

O processo de construção da noção de patrimônio cultural que se conhece hoje tem início relacionado com o período histórico do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e da formação dos Estados Nacionais (CHOAY, 2001). A noção de elementos da materialidade e das práticas sociais que se herdam do passado, e que são comuns a todos os indivíduos de uma nação, é fundamental para a efetivação da própria ideia de “nação”. Portanto, existe uma relação intrínseca entre a noção de patrimônio cultural e o exercício de

uma (multi)territorialidade, a partir da perspectiva cultural, que também se relaciona com os aspectos econômicos e políticos da sociedade em questão (HAESBAERT, 2004).

Canclini (1999, p. 17) diz que “patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que identificam, mas geralmente também um lugar de cumplicidade social”. Esse conjunto de bens e práticas aproxima-se da concepção de espaço usada nesse trabalho, ao entender que o patrimônio cultural é composto tanto por práticas culturais (que estão no campo do sistema de ações), quanto da materialidade de objetos, lugares e edificações (sistema de objetos). Por isso, é possível observar que o processo de patrimonialização da cultura é refletido intrinsecamente em processo de patrimonialização do espaço.

Considerando essa relação entre cultura e espaço, Smith (1988, p.123) explica que “[...] a produção do espaço também implica na produção do significado, dos conceitos e da consciência do espaço que estão inseparavelmente ligados à sua produção física”. Portanto a cultura, como outros aspectos da vida humana em sociedade, não paira em uma abstração, mas tem um vínculo espacial, pois a própria cultura produz espaço e sofre influências desse.

A partir dessa dinâmica, Trindade Jr. (2008, p. 152) diz que, no espaço urbano:

[...] referências simbólicas se manifestam na paisagem de diversas maneiras, mas, em geral, estão ligadas a formas arquitetônicas ou ao traçado urbanos que se associam às origens e aos antepassados da cidade, como igrejas, ruas, praças, prédios públicos etc., tornando os mesmos em espaços estratégicos, seja do ponto de vista de sua funcionalidade, seja do ponto de vista de seus referenciais simbólicos.

Portanto, a atual valorização, em especial, das antigas áreas centrais das cidades está ligada ao jogo da dinâmica cultural da própria cidade, e do processo de patrimonialização que nela se instala. No entanto, muitas vezes a noção de patrimônio cultural manifesta-se como se os bens materiais e imateriais da cultura tivessem se transformado em patrimônio por sua valorização no passado. Mas, Bertonecello (2010, p. 36) adverte que “[...] o patrimônio não é algo que tem origem no passado e é meramente recebido no presente, mas sim o contrário, é a partir do presente que leva a diante os processos de definição do patrimônio”. Desse modo, a seleção do que é considerado valoroso e representativo da cultura e da história dos grupos sociais e dos lugares é uma escolha que acontece por agentes no presente.

Ao (re)valorizar aspectos materiais (edificações, monumentos, objetos) e imateriais (saberes, danças, costumes, músicas) da cultura do lugar, o espaço também está sendo patrimonializado. Portanto, esse processo não só ocorre “no” espaço, mas também o produz,

através da (re)valorização (econômica, simbólica), (re)significação e, em muitos casos, (re)estruturação física ou (re)elaboração imaterial.

Para García (1998), o patrimônio cultural é um fenômeno “metacultural”, pois, enquanto categoria, é uma construção que pouco tem a ver com a cultura, em sentido restrito. Isso porque, nessa construção, é usado um conceito “falso” de cultura, onde o patrimônio cultural torna-se um fenômeno cultural que deve ser compreendido historicamente, sendo necessário analisá-lo em suas relações com outras manifestações culturais. Portanto, nas sociedades atuais, o próprio processo de patrimonializar a cultura é, em si, uma prática cultural, que seleciona elementos e descarta outros, mediado pela ressignificação dos elementos patrimonializados.

A categoria “patrimônio cultural”, segundo Gonçalves (2003), faz a mediação sensível entre passado e presente, humano e divindade, mortos e vivos, céu e terra, visível e invisível, de modo geral, e quanto à relação dos grupos identitários, internamente essa categoria está ligada a uma “autoconsciência cultural” e, externamente, é fator de diferenciação de grupos, em diversas escalas. Esse mesmo autor expõe que, mesmo tendo a noção de patrimônio (enquanto patrimônio histórico e cultural) surgida pela valorização de bens edificados ou fabricados, com o tempo, as abordagens dos aspectos materiais do patrimônio foram diluindo-se, prevalecendo a ênfase nas relações sociais e simbólicas, nesse caso, principalmente no que se refere à abordagem antropológica, ancorada na concepção moderna de cultura. Enquanto isso, outras abordagens realizadas, como as realizadas pela Arquitetura, por exemplo, há a atenção para os aspectos técnicos, com atenção aos objetos.

Com o desenvolvimento de trabalhos que apontam para a importância da cultura, para se compreender o espaço, o patrimônio cultural também passa a ser um tema importante para os estudos geográficos. Nesse contexto, Nigro (2010) apresenta três aspectos da abordagem geográfica do patrimônio: uma diz respeito ao fato de o patrimônio ser um fenômeno cultural, que também é eminentemente espacial, pois ocorre em algum lugar e é patrimônio de alguém; outro aspecto é que o patrimônio pode ser abordado pela geografia enquanto campo de tensões sociais, revelando como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de pertencimento; um terceiro aspecto, ressaltado pela autora, é o de que a questão do patrimônio não diz respeito apenas à sua dimensão cultural, mas também econômica política e territorial. Assim, interessa não somente o que está sendo patrimonializado, mas como esse processo está ocorrendo, com a

participação de quais agentes, que conflitos são evidenciados nesse processo, e como os espaços patrimonializados (e os excluídos do processo) são apropriados e usados por esses agentes.

Prats (1998) diz que o processo de patrimonialização corresponde a uma “ativação patrimonial”, ou seja, é processo que seleciona objetos e processos para uma (re)valorização e (re)significação. Essa seleção obedece a lógicas e interesses relativos ao momento da eleição desses bens como patrimônio, a intencionalidades de atores sociais concretos, com a ação do Estado, expressando, portanto, as relações de poder existentes na sociedade desse tempo, e não necessariamente do tempo histórico e social da criação daqueles elementos culturais. No processo de patrimonialização, atuam múltiplos grupos de agentes sociais, por isso, Choay (2001) indica que, na verdade, existem “múltiplos processos de patrimonialização”.

De acordo com Canclini (1999), as atividades empenhadas em definir o que é o patrimônio de determinada sociedade, bem como a preservação e difusão desses bens, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico que possuem, quase sempre resultam em certa simulação, ao pretender passar a ideia (ou ignorar o fato) de que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou pelo menos que a grandiosidade e o respeito por esses bens transcendem essas “fraturas sociais”.

Tendo como pressuposto a existência dessas disparidades, o autor explicita que os bens patrimoniais reunidos historicamente por cada sociedade não são, na realidade, de todos, ainda que formal e aparentemente pertençam e estejam disponíveis a todos (incluindo os discursos oficiais do Estado e os sistemas normativos legais). Isso implica dizer que os “[...] diversos grupos apropriam-se da herança cultural de maneiras diferentes e desiguais” e o autor explica, ainda, que “esta capacidade diversa de relacionar-se com o patrimônio origina-se, primeiro, na participação desigual dos grupos sociais em sua formação” (CANCLINI, 1999, p.17).

Para Bertonecello (2010), essa desigualdade social na definição do que será considerado patrimônio cultural, valorizando de maneiras diferentes os diversos elementos culturais dos grupos envolvidos, provoca a exclusão de outros grupos, que podem, inclusive, nem se identificar com os objetos ou práticas culturais que estão sendo patrimonializados. Logo, torna-se evidente que o processo de patrimonialização acontece através de relações díspares entre os diversos grupos sociais, que se fazem presentes no espaço patrimonializado. Isso implica na concepção de que os aspectos espaciais envolvidos nesse processo possuem

valores e relações identitárias diferentes, e muitas vezes conflitantes, entre os agentes desses grupos. Portanto, ao analisar a patrimonialização, evidenciando esses agentes e grupos e seus modos de apropriação e usos espaciais, evidencia-se essa trama de lutas (materiais e simbólicas) que produzem o espaço patrimonializado.

Para Canclini (1999) se o patrimônio serve à união de uma nação ou um grupo, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem que no estudo das questões patrimoniais sejam abordadas enquanto espaço de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos sociais. Esse autor aponta, ainda, para a existência de uma “hierarquia dos capitais culturais”, dizendo que

[s]e consagram como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque estes contam a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor (CANCLINI, 1999, p.18).

Os espaços públicos das cidades, na pós-modernidade, em especial os espaços patrimonializados, apresentam dupla função, que, de acordo com Figueiredo (2008, p. 80),

[...] ao mesmo tempo em que proporciona lazer aos moradores, processos de sociabilidade (ou ainda *societais*), garantindo o bom funcionamento da engrenagem urbana, calcada na dicotomia trabalho/lazer; também é visto como lugar de referência da cultura, divertimento e entretenimento, como uma amostra dos “produtos” simbólicos que uma sociedade/cidade tem, e é para lá que se dirigem os visitantes da cidade que querem ver aquelas vidas resumidas em obras, arte, exposições, totens, e o que mais pode ser classificado como identitário ou o típico do lugar.

Esse fenômeno ocorre de maneira especial nos centros históricos urbanos, que têm vários dos seus edifícios musealizados, ou transformados em espaços “culturais”, no sentido de abrigar manifestações artísticas.

Referindo-se aos agentes dos processos de patrimonialização, Canclini (1999) aponta o setor privado, o Estado, e os movimentos sociais como os tipos de agentes que interagem, contraditoriamente, no processo de patrimonialização, enquanto disputa econômica, política e simbólica. No entanto, este autor ressalta que é incorreto considerar que as classes populares apenas estão em posição de subordinação em relação aos grupos hegemônicos. Esse mesmo autor adverte que “a ação privada nem sempre pode ser reduzida a uma simples agressão ao patrimônio, já que alguns grupos apreciam o valor simbólico que incrementa o valor econômico”(CANCLINI, 1999, p. 20). Desse modo, é incorreto reduzir a apropriação e

utilização do espaço patrimonializado por agentes do mercado a uma deterioração (física e simbólica), já que muitas vezes são esses agentes quem financiam o “cuidado” com o patrimônio, as ações de preservação, reforma e conservação, visando a agregação de valores econômicos aos seus negócios.

Assim, é possível que existam ações de iniciativas privadas, que objetivem a valorização e o cuidado com os aspectos materiais e imateriais dos espaços patrimonializados, mas que, de fato, muito provavelmente tem o interesse de ganhos financeiros com essas ações, seja com o aumento do lucro, seja pelo vínculo da marca empresarial a essas ações, o que é bom para o marketing dos negócios. É possível observar, ainda, que as atuações do Estado para transformações nos antigos centros urbanos em diversas vezes é justificada por um discurso, produzido e reproduzido entre vários grupos sociais urbanos, de que essas áreas passam por um processo de abandono, por parte dos seus habitantes, em função dos novos centros que se forma na cidade.

Portanto, trata-se de um jogo de discursos e intencionalidades, no campo material e simbólico das antigas áreas centrais urbanas, para decisões sobre novas funções sociais e novos padrões estéticos para essas áreas, com interesses diferentes entre os diversos grupos sociais envolvidos nesse jogo. Para Canclini (1999), as políticas para o patrimônio cultural devem seguir a premissa de que a preservação de bens culturais nunca pode ser mais importante do que as pessoas que precisam deles para viver, e as soluções para esses conflitos devem buscar um equilíbrio orgânico entre as tradições que dão identidade e as mudanças imprimidas pela e para a modernização. Além disso, o autor defende a ideia de que essa política não tem apenas a tarefa de cuidar somente dos objetos “autênticos” de uma sociedade, mas sim o que é culturalmente representativo e valorizado para esta sociedade.

O autor explica ainda que o Estado tem uma relação ambivalente com a questão patrimonial. De um lado, valoriza e promove o patrimônio como fator de integração de uma identidade nacional e/ou local, tentando provocar uma diluição de particularidades e de conflitos, de outro, o Estado age com auto-complacência cenográfica.

Portanto, obviamente as ações estatais estão a serviço de grupos sociais específicos (de maneira desequilibrada), e muitas vezes não há a preocupação com a democratização de debates prévios ao planejamento e implementação dessas ações. Lefebvre (1991, p. 131) chama de “burocratas da cultura” a esses agentes responsáveis por burocratizar e institucionalizar o processo de patrimonialização, ressaltando que, na realidade, a cidade não

tem “uma” ou “a” cultura única e exclusiva, mas sim uma multiplicidade cultural, relacionada a diversidades de grupos sociais e processos históricos que produziram e produzem a cidade.

Bertoncello (2010) explica que, nos processos de patrimonialização, os possuidores dos “saberes expertos” julgam o que será considerado patrimônio, definindo, a partir de critérios supostamente objetivos que bens ou processos merecem ser preservados. Esses agentes normalmente estão ligados à ciência, às organizações internacionais, aos conselhos que tratam do tema, entre outros. Nesse contexto, as universidades e instituições de pesquisa tem um papel fundamental de embasamento (ou legitimação) das políticas estatais para o setor da cultura.

A atuação do que Canclini (1999) chama de “movimentos sociais”, assemelha-se muito ao que Corrêa chamou de “agentes sociais excluídos”, e está relacionada a atuação de agentes sociais responsáveis por críticas e elaboração de soluções para problemas ligados à expansão demográfica, a urbanização incontrolada e a degradação ambiental, entendida de maneira ampla (para além do meio natural). A atuação desses movimentos sociais está relacionada à recuperação e revalorização de bairros, edifícios e pela manutenção do espaço urbano enquanto espaço habitável.

Esses movimentos consideram que a questão do patrimônio (natural e urbano) não está sob a responsabilidade exclusiva dos governos e que essa articulação organizada em movimento social é necessária para que os governos deem atenção à temática. Além disso, como premissa desse movimento está à criação de condições materiais e simbólicas para que todos os grupos possam compartilhar dos bens patrimoniais e neles encontrar significado.

Vale ressaltar que os processos de patrimonialização, como parte dessa tendência de produção do espaço urbano atual, estão intrinsecamente relacionados à ideia de preparação desses espaços para a recepção de fluxos turísticos, como é apontado em Castro e Tavares (2016). Assim, podemos observar que o processo de patrimonialização, tem atualmente uma íntima relação com a intenção de exibição desses elementos ao outro, no processo de construção de identidades territoriais, ao selecionar aspectos da cultura, enquanto práticas humanas e produção de materialidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural urbano é composto por elementos da história e das culturas da cidade que são considerados importantes e que devem receber ações de preservação e difusão. Esses elementos apresentam forte relação com o espaço geográfico, pois, na perspectiva imaterial, a cultura possui sua espacialidade, que é por ela construída, ao mesmo tempo em que dialeticamente a influencia. Assim, a ideia comum de patrimônio urbano está vinculada à concepção de que existem partes da cidade (bairros, espaços públicos, etc.) ou objetos espaciais (edificações, monumentos públicos, estátuas, etc.) que são considerados especiais, valorosos por representar aspectos importantes da história e da sociedade que nela vive.

Portanto, o patrimônio cultural urbano não é algo dado *a priori*, constituído por elementos culturais dados no espaço, mas sim uma decisão coletiva sobre o que preservar na memória coletiva e o que afastar dessas lembranças, que fatos históricos e que elementos da cultura valorizar, e quais desses serão considerados menores ou irrelevantes em relação à cidade. O processo de patrimonialização, em outro aspecto, corresponde àquela decisão, seguida por uma série de ações para consolidação dos elementos escolhidos para compor tal patrimônio. Esse processo tem contribuído consideravelmente para a produção do espaço urbano das cidades, no contexto das mudanças de configuração desse espaço.

Essa contribuição atual da tendência de patrimonialização cultural para o processo de produção social do espaço urbano dá-se principalmente pela atuação do Estado, como legitimador desse processo, de agentes econômicos da oferta mercadológica, que usam os espaços patrimonializados para reprodução do capital ou para a sobrevivência humana através do trabalho e por movimentos sociais, sobretudo ligados às políticas culturais e afirmação de identidades culturais.

Assim, via múltiplos processos de patrimonialização, a produção simbólica e material do espaço tem ocorrido através de múltiplos processos, exemplificados pelo tombamento de parte das antigas áreas centrais ou rugosidades espaciais dessas áreas, por intervenções de reforma e refuncionalização de edificações e espaços públicos, pela instalação de serviços ligados ao lazer da população local e ao turismo e pela realização de eventos culturais nesses espaços.

## REFERÊNCIAS

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, Maria Teresa; OLIVEIRA, Melissa (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.

CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación (Org.). **Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999. p. 16-33.

CASTRO, Cleber; TAVARES, Maria Goretti. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no Centro Histórico de Belém-PA. **Revista Turismo: Estudos e Práticas**. Mossoró, v. 5, p. 57-87, 2016.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

FRIGOLÉ, Joan. Patrimonialization and the mercantilization of the authentic. Two fundamental strategies in a tertiary economy. In: ROIGÉ, X.; FRIGOLÉ, J. (Eds.). **Constructing Cultural and Natural Heritage**. Parks, Museums and Rural Heritage. Girona: ICRPC, 2010, p. 27-38.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008, p. 79-92.

GARCÍA, José Luiz. De la cultura como patrimonio al patrimonio cultural. **Política y Sociedad**. Madrid, v. 27, p. 9-20, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 459-468.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

LEFEBVRE, Henri. La producción de espacio. **Sociologia**, [S.l.], n.3, p. 219- 229, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian (Orgs.). **Na metrópole – textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

NIGRO, Cintia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Teresa; OLIVEIRA, Melissa (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**. Madrid, v. 27, p. 63-76, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos espaciais da economia urbana. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

TRINDADE JR, Saint-Clair. De volta ao rio: estratégias de gestão e (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: TRINDADE JR, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: Edufpa, 2008. p. 145-156.

*Recebido em Maio de 2016*

*Aprovado em Novembro de 2016*

*Publicado em Dezembro de 2016*